

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1357135 - SP
(2018/0226678-1)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : COM IND MATSUDA IMP EXPORTADORA LTDA
ADVOGADOS : RIAD FUAD SALLE E OUTRO(S) - SP190761
MAURO CÉSAR MARTINS DE SOUZA - SP091265
ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ -
DF023980
AGRAVADO : PAULO SERGIO FERRARI DA COSTA
AGRAVADO : ARIANE FINCO DA COSTA
ADVOGADOS : GILBERTO NOTARIO LIGERO E OUTRO(S) -
SP145013
ADRIANA APARECIDA GIOSA LIGERO - SP151197

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA. ART. 1.025/CPC. NÃO CABIMENTO. CULPA. AFASTAMENTO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. O tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. A omissão de que trata o artigo 1.022 do CPC/2015 é aquela relevante para o deslinde da controvérsia.
3. O art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado. Na hipótese dos autos, a questão de mérito foi detidamente analisada e entregue a prestação jurisdicional de forma adequada, não se vislumbrando a fundamentação genérica ou contraditória capaz de gerar a nulidade alegada.
4. A aplicação do art. 1.025 do CPC/2015 exige o reconhecimento, nesta instância, da negativa de prestação jurisdicional, o que não ocorreu no presente caso.
5. A alteração das conclusões do acórdão recorrido acerca de quem deu causa ao acidente de trânsito dependeria do reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice na Súmula nº 7/STJ. Precedentes.
6. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

